



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 8ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopez Meira de Araújo, Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira, Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003
Data de instalação	28/11/2006
Data da última correição	22 de setembro de 2023
Período de correicionado	1º/9/2023 a 30/4/2024

Aos 3 de junho de 2024 sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 009/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira, e pelo servidor, Aryoswaldo José Brito Espínola, foram recebidos pelo Juiz titular, Rômulo Tinoco dos Santos, pela Juíza substituta fixa, Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa, pelo Diretor de Secretaria, Arinaldo Alves de Sousa, e demais servidores



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/9/2023 a 30/4/2024 (8 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Rômulo Tinoco dos Santos	20/11/2006 - Ato TRT GP n° 296/2006

1.1.2 Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	23/10/2023 Ato TRT SCR n° 118/2023

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **15** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Ana Paula de Alencar Neves	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	21/11/2006
Anna Tereza Lyra Caju	Analista Judiciário	21/11/2006
Arinaldo Alves de Sousa	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	23/11/2006
Claudia Leite Machado	Removido Para Este Tribunal	23/1/2023
Estevam Rodriguez Botto Targino	Analista Judiciário – Assistente de Diretor	8/5/2015
Francisca Joselita Daniel Y Marti	Técnico Judiciário	1º/12/2023
Glauber Silva Farias	Técnico Judiciário – Calculista	1º/4/2014
Jean Marc Ramalho Duarte	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	9/1/2007
Juarez Siqueira Belo	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/3/2019
Maria Inês de Medeiros Lima	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	21/11/2006



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mário Moacir de H. Cunha Barreto	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	26/10/2023
Petronio de Sa Leitao Cunha	Assistente III	21/11/2006
Rossana C. Correia G. Toscano Moura	Analista Judiciário – Assistente III	14/3/2017
Tatiane Rossi	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	5/12/2016
Vania Cavalcanti de Oliveira	Técnico Judiciário – Calculista	2/12/2012

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por designação automática de responsável, no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que os servidores da unidade correicionada permanecem utilizando a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT. Por fim, destacou que a Unidade implementa a adoção de boas práticas, a exemplo da utilização de Chips, para otimizar a rotina diária da Unidade, especialmente nos seguintes casos: apreciação de embargos declaratórios, embargos à execução, IDPJ (incidente de desconsideração da personalidade jurídica), Impugnação aos cálculos de sentenças líquidas, sobrestamento (encerrado e vencido), petição não apreciada, aguardando pagamento de RPV/Precatório, cadastramento de RPV/Precatório, encaminhamento de RPV/Precatório e expedição de RPV/Precatório, ações estas que contribuem para a promoção de uma justiça mais célere.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/4/2024, um acervo processual de 2.385 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	863
Fase de Liquidação	208
Fase de execução	1305



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

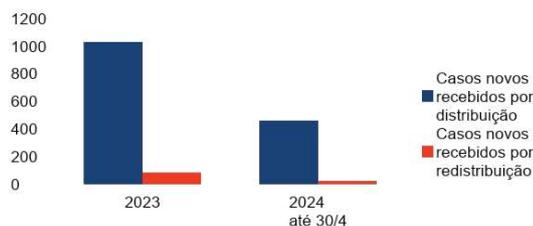
Cartas precatórias e de ordem	9
TOTAL	2385

2.1 Fase de conhecimento

]

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	1029	460
Casos novos recebidos por redistribuição	83	22
TOTAL	1112	482



No período correicionado, há registro de 5 processos recebidos com sentenças anuladas, pela instância superior, abaixo relacionados:

Sentenças anuladas
0000949-92.2022.5.13.0025
0000993-14.2022.5.13.0025
0000079-98.2023.5.13.0029
0000666-35.2023.5.13.0025
0000607-47.2023.5.13.0025

A seguir, gráfico contendo a relação entre o número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2023 a abril/2024):

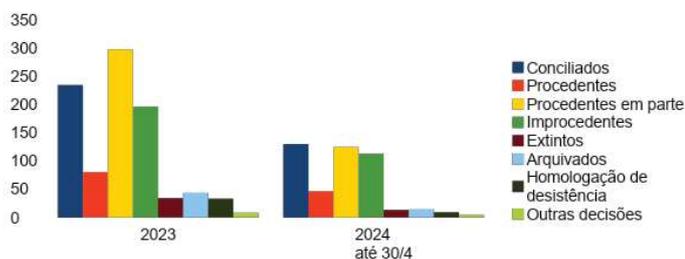


**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/4
Conciliados	234	130
Procedentes	80	46
Procedentes em parte	297	124
Improcedentes	196	112
Extintos	34	13
Arquivados	43	14
Homologação de desistência	33	9
Outras decisões	8	4
TOTAL	925	452



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

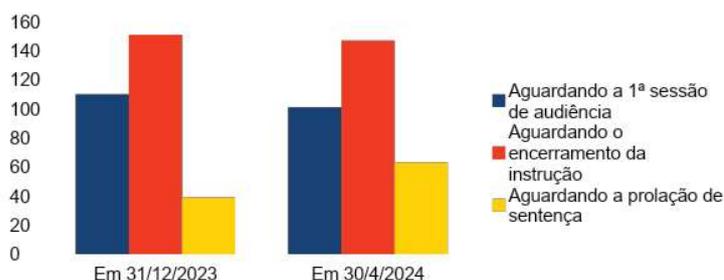
A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 30/4/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	110	101



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando o encerramento da instrução	151	147
Aguardando a prolação de sentença	39	63
TOTAL	300	311



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 30/4	Variação (%) 2023/2024
Fase de conhecimento	827	863	4,35%
Fase de liquidação	202	208	2,97%
Fase de execução	1312	1305	-0,5%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	267	39	69	88	4
Conciliação em conhecimento	4	7	6	5	0
Conciliação em Execução	4	15	8	10	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Una	46	68	102	90	27
Instrução	40	75	80	17	68

Conforme informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, atualmente a Unidade, sob correição, realiza audiências de segunda a sexta-feira, adotando uma pauta dupla às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
9/23	94	143	150	227	163	136	139	103	178	196	117	164	116	151,91
10/23	207	183	185	141	149	214	237	155	211	226	146	118	151	180,66
11/12	126	161	168	160	165	228	173	178	162	170	164	192	142	167,58
12/23	134	122	124	96	118	107	117	117	121	87	100	153	97	114,66
1/24	87	20	78	133	41	86	41	66	76	112	49	73	74	72,5
2/24	88	172	187	212	131	131	155	158	110	187	149	77	171	147,5
3/24	211	191	185	222	176	256	195	197	133	215	205	156	144	190,75
4/24	264	225	222	281	167	225	248	262	250	178	201	186	215	221,83
TOTAL	1211	1217	1299	1472	1110	1383	1305	1236	1241	1371	1131	1119	1110	1247,39

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 30/4
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	43	45
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	47	55
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	79	96
Da conclusão à prolação da sentença	19	21
Do ajuizamento até a prolação da sentença	92	111

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item		2023	2024 até 30/4
Embargos de declaração	Recebidos	281	148
	Baixados	264	140
	Pendentes	18	26
Tutela Provisórias	Recebidos	100	51
	Apreciadas	93	51
	Pendentes	5	4
Liquidação /Execução	Recebidos	132	96
	Baixados	113	97
	Pendentes	18	5

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2023 a 30/4/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	440	363	95
Recurso adesivo	16	13	3
Agravo de petição	193	157	14
Total	649	533	112

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **79** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **123** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **97** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/4** é de **46** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **42** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **45** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **92** dias, para o ano base de **2023**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

e de **111 dias**, relativo a este ano de **2024**, até **30 de abril**. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **893 dias**, e de **752 dias**, referente ao exercício atual até o dia **30 de abril**.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/4
Execuções pendentes	1224	-
Execuções iniciadas	555	239
Desarquivados	401	3
Recebidos de outros Órgãos	6	-
Execução de título extrajudicial	12	-
Execuções encerradas	578	258
Remetidos a outros Órgãos	1	-
Processos arquivados provisoriamente	14	3

A seguir, gráfico contendo a relação entre o número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (setembro/23 até abril/24).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/4
Acordo	PJe	R\$ 4.696.874,56	R\$ 2.305.715,75



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Espontâneo	PJe	R\$ 704.321,82	R\$ 247.603,15
Execução	PJe	R\$5.141.502,82	R\$ 1.642.654,31
TOTAL		R\$ 10.542.699,20	R\$ 4.195.973,21

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 232.735,53	R\$ 65.483,21
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 901.609,09	R\$ 350.029,99
Imposto de renda	PJe	R\$ 130.329,73	R\$ 3.106,85
TOTAL		R\$ 1.264.674,35	R\$ 418.620,05

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2023 a 30/4/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	1625
INFOJUD	PJe	295
SIMBA	PJe	-
INFOSEG	PJe	43
RENAJUD	PJe	191
BNDT	Pendentes (PJe)	366
	Incluídos (PJe)	90

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	89,91%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	86,41%
Unidade Correicionada	95,28%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **460** casos novos (por distribuição) e **444** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 95,28%.

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,72% da Meta 2
	99,25% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	88,59% da Meta 3
	35,44% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	113,29% da Meta 3
	41,77% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	105,06% da Meta 3
	38,74% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	102,88%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	56,25%
Unidade Correicionada	53%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2024-01	49	35	450	743	90,18	95,50	93,42	
2024-02	106	96	447	724	74,25	84,68	80,37	
2024-03	104	67	477	722	64,81	78,48	72,40	
2024-04	138	71	468	724	54,10	72,91	64,15	

JUÍZES

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

RÔMULO TINOCO DOS SANTOS			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	30/11/2023 a 19/12/2023	20
Férias	SAOPje	20/2/2024 a 20/2/2024	1

Juíza Substituta

FRANCISCA POLIANA ARISTÓTELES ROCHA DE SÁ - Out/23 a abril/24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	3/1/2024 a 21/1/2024	19
Férias	SAOPje	25/1/2024 a 4/2/2024	11
Capacitação	SAOPje	30/11/2023 a 1º/12/2023	2

Não foram registrados casos de inassiduidade na Corregedoria, tampouco foram recebidas manifestações na Ouvidoria, tanto em relação ao juiz titular quanto à Juíza substituta fixa e aos magistrados que estiveram atuando na Vara durante o período correcional.

12.1 Audiências realizadas (1º/9/2023 a 30/4/2024) (Fonte: Hórus)

	Una	Enc. Instrução/ Inquirição testemunha	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	28	1	13	17	2	-	61
Romulo Tinoco dos Santos	229	3	111	111	6	31	491
Ana Paula de Carvalho Scolari	9	-	4	5	-	-	18
Alexandre Roque Pinto	-	-	-	66	-	6	72
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sá - out/23 a abril/24	74	8	159	304	21	41	607

12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Francisca Poliana A. Rocha de Sá - out/23 a abril/24	115	34	54	203
Alexandre Roque Pinto	-	1	2	3
Romulo Tinoco dos Santos	96	37	67	200
Ana Paula de Carvalho Scolari	6	2	-	8
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	17	6	5	28
Aercio Pereira de Lima Filho	1	-	-	1
Mariana Petit Horácio de Brito	1	-	-	1
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	1	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

13.1. Processos solucionados (1º/9/2023 a 30/4/2024)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriano Mesquita Dantas	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Alexandre Roque Pinto	4	5	-	3	-	2	-	1	15
Ana Paula de C. Scolari	4	3	4	2	1	-	-	-	14
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	111	35	82	63	4	13	6	12	326
Rafaela Q. de Sá E Benevides	7	7	8	16	-	1	-	-	39
Romulo Tinoco dos Santos	92	36	104	102	1	11	6	13	365
Veruska Santana S. de Sa	1	1	27	13	-	-	2	1	45

No período correccionado, o Juiz titular laborou 148 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,47 processos/dia e, enquanto esteve convocado para substituir os desembargadores no Tribunal, julgou 185 processos. A Juíza substituta fixa, no período de outubro de 2023 a abril do corrente ano, laborou 142 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,3 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	425
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	280
Homologação da Transação Extrajudicial	50
Embargos de Terceiro Cível	19
Consignação em Pagamento	9
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	9
Ação Civil Coletiva	6
Ação de Cumprimento	3
Ação Civil Pública Cível	2
Produção Antecipada da Prova	2
Petição	1
Mandado de Segurança Coletivo	1
Protesto	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Aercio Pereira de Lima Filho	-	0%
Alexandre Roque Pinto	3	60%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	82	70,09%
Veruska Santana Sousa de Sa	26	92,86%
Romulo Tinoco dos Santos	112	80%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	11	73,33%
Ana Paula de Carvalho Scolari	4	57,14%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Total
Adriano Mesquita Dantas	2
Aercio Pereira de Lima Filho	1
Alexandre Roque Pinto	15
Ana Paula de Carvalho Scolari	14
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	326
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	37
Romulo Tinoco dos Santos	365
Veruska Santana Sousa de Sa	40

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 21 dias

Magistrado	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	22
Alexandre Roque Pinto	10
Ana Paula de Carvalho Scolari	34
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	26
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	45
Romulo Tinoco dos Santos	10
Veruska Santana Sousa de Sa	48

16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2023, em novembro, tendo o Juiz Titular da unidade correicionada enviado resposta em 12 de dezembro de 2023, destacando que os processos em tramitação são inspecionados diariamente, com especial atenção às tarefas "análise" e "início da fase de liquidação ou execução" após o trânsito em julgado. Além disso, os processos do arquivo provisório são remetidos para a tarefa de sobrestamento. Mencionou o crescente e preocupante índice de absenteísmo da equipe, que tem levado a afastamentos, readaptações e reduções de carga horária e, diante desse cenário, a gestão vem cumprindo,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

rigorosamente, a escala de férias sem interrupções ou alterações. Destacou, também, que os reagendamentos de audiências registrados, foram decorrentes dos afastamentos legais e convocações dos juízes da unidade correicionada. Enfatizou que os processos do arquivo provisório estão sendo transferidos para a tarefa de sobrestamento, especialmente aqueles na fase de conhecimento que aguardam desdobramentos de outros processos ou decisões superiores. As sentenças estão sendo priorizadas de forma líquida, conforme recomendações das Corregedorias Geral e Regional. Quanto aos processos com liberação de alvará, estão recebendo atenção especial, assim como os que estão na tarefa de “cumprimento de providência”. Atualmente, os processos sobrestados na fase de execução, estão sendo inspecionados com maior prioridade, renovando-se a investigação patrimonial e decretando a prescrição intercorrente, especialmente em relação aos processos pendentes de BNDT, como é o caso daqueles (execução em Recuperação Judicial ou em execução provisória), observando o prazo de 45 dias para registro.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre setembro de 2023 e abril de 2024 - 8 meses:

Movimentação	Valor total
Outros beneficiários	R\$ 1.535,00
Pagamento ao advogado	R\$ 3.980,24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pagamento em favor de perito	R\$1.749,55
Pagamento em favor do reclamado	R\$240.483,11
Pagamento em favor do reclamante	R\$49.653,01
Recolhimento de contribuições previdenciárias	.R\$ 14.970,29
Recolhimento de custas processuais	R\$ 2.928,00
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 19.931,82
Total	R\$ 335.231,02

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, registra-se a participação do Juiz titular Rômulo Tinoco dos Santos e da Juíza substituta fixa Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá em cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. Registra-se, ainda, a participação da Juíza substituta fixa Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá em curso voltado para conciliação, mediação e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

efetividade da execução no exercício anterior, tanto na parte teórica quanto na prática.

Magistrados	Descrição- 1º e 2º semestres
Rômulo Tinoco dos Santos	<p>CFC sobre o Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências - proad 6226/23</p> <p>Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista</p> <p>CFC sobre O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais</p> <p>CFC sobre Direito Constitucional do Trabalho – 23/10 a 06/12 – 30h/a – EAD</p>
Francisca Poliana A. R. de Sá	<p>Seminário Internacional Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social - PROAD 1341.22</p> <p>CFC sobre Direito Coletivo do Trabalho - 30/01 a 15/03</p> <p>Simpósio sobre Direito Antidiscriminatório - PROAD 1630/2023 - 17/MARÇO - 4 h/a</p> <p>Palestrante na “Justiça do Trabalho e o Ministério Público do trabalho”, palestra com o tema “O Direito à Aprendizagem no Brasil e a recente alteração legislativa” - P.3923/23</p> <p>Curso de Conciliação e Mediação (parte teórica) - 14/4 a 26/05/23 (parte teórica) - Proad 8750/23</p> <p>Seminário Internacional Trabalho Decente: Proposições para a construção de uma agenda de S Infância e Erradicação do Trabalho Infantil</p> <p>Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a</p> <p>Painel Trabalho Infantil na Atualidade – 10/10/2023 – 17h às 19h30 – 2,5h/a</p> <p>Curso de Conciliação e Mediação (parte prática) - 25/8 a 18/10/23 - Proad 8750/23</p> <p>Curso Inteligência Artificial e Direito do Trabalho – 04/12/2023 – 3h30 – Proad 11697</p>

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD N° 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores	Descrição
ANNA TEREZA LYRA CAJU	<p>2o WEBINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LGPD E PROVAS DIGITAIS: VINHO VELHO EM ODRES NOVOS? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15a REGIÃO</p> <p>4o ENCONTRO VIRTUAL - LIDERANÇA DIGITAL PARA MULHERES / CEDUC-JT DO CSJT</p> <p>TRT - TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO: CONHECER PARA ENFRENTAR - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SIMPÓSIO SOBRE DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE DIVERSIDADE E CONTRATO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - QUESTÕES POLÊMICAS NA JURISPRUDÊNCIA RECENTE SOBRE INDENIZAÇÕES POR ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS E O TRABALHADOR NÃO É INVISÍVEL.TODO ACIDENTE / EJUD 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC</p> <p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - DIREITO E RELIGIÃO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - COMPORTAMENTO E CONSEQUÊNCIA: MESMA FACE DE UMA ATITUDE - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>PROGRAMA DE VISITAS INSTITUCIONAIS - SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE OS SISTEMAS DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRO E CHILENO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1a REGIÃO</p>
ARINALDO ALVES DE SOUSA	TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO /EJUD 13 EM PARCERIA COM A CSAUDE</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DISCRIMINAÇÃO RACIAL E GÊNERO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS /CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTO S NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) - TURMA 1 /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>MODELO DAS TRÊS LINHAS E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO / CSJT - CEDUC - JT</p> <p>FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE IMPACTOS DO ASSÉDIO NA SAÚDE MENTAL /TST, CSJT E ENAMAT</p> <p>TRT - DIREITO E RELIGIÃO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p>
CLÁUDIA LEITE MACHADO	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA OUT/2023) / ENAP</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2023) / ENAP</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REVITALIZA TRT 13 (TURMA FÓRUM MAXIMIANO FIGUEIREDO - FMF) / SEGEPE</p> <p>TRT - SIMPÓSIO SOBRE DIREITO ANTIDISCRIMINAÇÃO RIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
ESTEVAM RODRIGUEZ BOTTO TARGINO	<p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JAN/2023) / ENAP</p> <p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JAN/2023) /ENAP</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

FRANCISCA JOSELITA DANIEL Y MARTI	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA /INTRA EAD - CURSOS ONLINE NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL / INTRA EAD - CURSOS ONLINE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO DE EXECUCAO - NOVO CPC / INTRA EAD CURSOS ONLINE
GLAUBER SILVA FARIAS	TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 3 / ILB DIALOGANDO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA - TURMA 3 / ILB ATENDIMENTO AO PÚBLICO / ESCOLA VIRTUAL DA FUNDAÇÃO BRADESCO TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS - TURMA 2/2023 - REEDIÇÃO (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - QUESTÕES POLÊMICAS NA JURISPRUDÊNCIA RECENTE SOBRE INDENIZAÇÕES POR ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS E O TRABALHADOR NÃO É INVISÍVEL.TODO ACIDENTE / EJUD 13ª REGIÃO
JEAN MARC RAMALHO DUARTE	TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL FORMAÇÃO DE ASSISTENTES DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL PARA UNIDADES DO INTERIOR WEBINÁRIO PREV JUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS /CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ TRT - PALESTRA - O IMPACTO DAS RECENTES DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NAS RELAÇÕES LABORATIVAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - O USO DAS FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	ARTIFICIAL COMO AUXÍLIO NAS ATIVIDADES LABORAIS / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO
JUAREZ SIQUEIRA BELO	TRT-PB 13ª REGIÃO (ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - 2022 (PÓS-EDITAL) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA TRT-PB 13ª REGIÃO - ATUALIDADES - 2022 (PÓS-EDITAL) /ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA TRT-PB 13ª REGIÃO (ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) DIREITO DO TRABALHO - 2022 (PÓS-EDITAL) /ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL ESPECIAL P/ MAGISTRATURA ESTADUAL 2021 (CURSO REGULAR) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA, EMPRESA ASSOCIADA A ABED LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL P/ MAGISTRATURA ESTADUAL 2022 (CURSO REGULAR) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA, EMPRESA ASSOCIADA A ABED DIREITO PENAL P/ MAGISTRATURA ESTADUAL 2022 (CURSO REGULAR) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA DIREITO FINANCEIRO P/ MAGISTRATURA ESTADUAL 2022 (CURSO REGULAR) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA, EMPRESA ASSOCIADA A ABED DIREITO EMPRESARIAL P/MAGISTRATURA ESTADUAL 2022 (CURSO REGULAR) / ESTRATÉGIA CONCURSOS DIREITO AMBIENTAL P/ MAGISTRATURA ESTADUAL 2022 (CURSO REGULAR) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA, EMPRESA ASSOCIADA A ABED DIREITO CONSTITUCIONAL P/ MAGISTRATURA ESTADUAL - 2022 (CURSO REGULAR) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA,EMPRESA ASSOCIADA A ABED
MARIA INÊS DE MEDEIROS LIMA	TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
MÁRIO MOACIR DE HOLANDA CUNHA	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
PETRONIO DE SA LEITAO CUNHA	TRT - BRIGADISTAS DE INCÊNDIO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE HÍBRIDA TRT - LETRAMENTO EM DIREITOS HUMANOS / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ROSSANA CRISTINA CORREIA G. TOSCANO MOURA	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
TATIANE ROSSI	TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª MODALIDADE: TELEPRESENCIAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE- REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X e-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
--	---

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 56 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 110/2023, havendo a prolação de 08 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais

- participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- analisar a real necessidade de inclusão de processos em pauta para encerramento da instrução, com o fito de diminuir o impacto no indicador referente ao prazo médio na fase de conhecimento;
- analisar a possibilidade de aderir à boa prática de dar preferência à inclusão em pautas de conciliação do que conclusão para sentença, nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes (ex: 0001182-55.2023.5.13.0025) ou quando for requerido o parcelamento da execução (ex: 0000924-79.2022.5.13.0025), a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento, evitando, ainda, a necessidade de atualização pela contadoria a cada pagamento de parcela;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- d) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão imediata na pauta de audiências das ações do tipo Homologação da Transação Extrajudicial, evitando-se o ocorrido no processo 0000676-79.2023.5.13.0025 que autuado em 14/07/2023, só teve o acordo homologado em 24/08/2023, o que impacta, negativamente, na estatística da Unidade;
- e) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se dos GIGs para monitoramento tanto na ação principal como na provisória, a fim de evitar o ocorrido nos processos 0000928-19.2022.5.13.0025 e 0000727-90.2023.5.13.0025, com tramitação em paralelo, atentando à Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva;
- f) orientar a equipe a proceder ao cadastro das parcelas dos acordos homologados pelo juízo (ex: 0000283-23.2024.5.13.0025 e 0001247-50.2023.5.13.0025), inclusive, no que diz respeito às custas processuais, mesmo que dispensadas e verbas previdenciárias, a fim de facilitar o acompanhamento dos pagamentos efetuados no “Controle de Acordo”;
- g) proceder à revisão dos processos da fase processual liquidação, a fim de evitar o início de atos executórios próprios da fase de execução, como constatado nos processos 0000849-06.2023.5.13.0025, 0000859-50.2023.5.13.0025 e 0000881-11.2023.5.13.0025, procedendo à regularização do fluxo processual adequado;
- h) proceder à revisão dos processos na tarefa “Cumprimento de Providências” a fim de evitar a permanência de processos que já tiveram as providências cumpridas, como no processo 0000178-46.2024.5.13.0025, ou deveriam permanecer na tarefa “Aguardando prazo”, a exemplo dos processos 0000109-14.2024.5.13.0025 e 0000279-83.2024.5.13.0025 ;
- i) monitorar com mais rigor o relatório SAOPJE “Processos Pendentes - BNDT - Exec” e orientar a equipe a observar o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, atentando, ainda, para o artigo 5º do Ato nº 001/2022 da CGJT,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de determinação judicial expressa, devendo a secretaria proceder à regularização de todos os processos em idêntica situação a observada nos processos 0000147-60.2023.5.13.0025 e 0000543-71.2022.5.13.0025;

j) adotar a praxe de informar nos autos o cumprimento da determinação judicial de requisição de pagamento dos honorários periciais, no Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho - AJ/JT, inclusive, fazendo constar o nº da solicitação para acompanhamento pelo perito diretamente no AJ-JT;

k) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais quando da remessa ao 2º grau (ex: 0000077-43.2023.5.13.0025 e 0000217-77.2023.5.13.0025), devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional;

l) proceder à revisão dos processos em execução contra a fazenda pública a fim de uniformizar os procedimentos da unidade judiciária, já que, em alguns processos, foram constatadas as seguintes irregularidades: a) ausência de intimação do ente público para apresentação de embargos; b) despachos postados referindo-se a atos já revogados, a exemplo do processo 0000277-84.2022.5.13.0025 (ATO TRT SGP n. 114/2019); c) expedição de RPV sem determinação judicial e estando o processo ainda na fase de liquidação (0000849-06.2023.5.13.0025); d) ausência de registro do prazo para pagamento nos ofícios RP/RPV expedidos no PEC; e) ausência de alimentação, no sistema GPREC, da informação do prazo para pagamento de RPV, e f) sobrestamento com lançamento da movimentação distinta da indicada na RECOMENDAÇÃO TRT13 SCR Nº 007/2022;

m) orientar a equipe a sanear os processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

de todas as contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível para o cômputo dos valores liberados;

n) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório ou 'Quitada a RPV, atentando para consulta ao relatório SAOPJE “Processos arquivados com RPV/Precatório sem quitação”;

o) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe;

p) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa continua empenhada em aprimorar a prestação jurisdicional, visando alcançar os índices estabelecidos unidades judiciárias de porte semelhante.

Registra o cumprimento da Meta 2 do CNJ no ano de 2023 (107,53%), consignando, por oportuno, que a mesma atuação vem ocorrendo neste ano (janeiro a abril), coincidentemente, com o mesmo percentual (107,53), momento em que parabeniza a equipe pelo comprometimento e operosidade na busca de uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

De igual modo, constata que a Unidade correicionada apresentou redução no tempo médio de duração do processo tramitando na fase de execução em relação ao exercício anterior, de 893 para 752, motivo pelo qual incentiva e solicita esforços para a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Constata o cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando um percentual de 105,06%, não alcançada no exercício de 2023 (88,59%), parabenizando-se os magistrados pelos esforços realizados com a finalidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

de pacificação social dos conflitos trabalhistas e recomendando que mantenha este bom desempenho até o final deste exercício.

Chama a atenção para o tempo de duração do processo na fase de conhecimento, uma vez que a Unidade registra um acréscimo no tempo médio, do ajuizamento à prolação da sentença de 92 dias, no ano de 2023, para 111 no exercício atual. Sem dúvida, com ajustes nos procedimentos e rotinas da unidade correicionada, será possível promover melhorias para que a Meta 1/2024 seja cumprida, que, atualmente, vem apresentando um índice de 95,28%, não alcançado no exercício anterior, que registrou 88,59%.

Necessário se faz registrar, com satisfação, a participação da Juíza substituta, Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá, no ano base 2023, de curso voltado à conciliação, mediação e à efetivação da execução, como também em cursos de formação continuada. Ressalta-se, portanto, a importância da participação do magistrado titular e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante o art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO

0000110-33.2023.5.13.0025	0000149-93.2024.5.13.0025
0000135-12.2024.5.13.0025	0000412-10.2024.5.13.0031
0000409-10.2023.5.13.0025	0001026-67.2023.5.13.0025
0001182-55.2023.5.13.0025	0000139-83.2023.5.13.0025
0000038-12.2024.5.13.0025	0000420-39.2023.5.13.0025
0000520-57.2024.5.13.0025	0000549-78.2022.5.13.0025
0001210-23.2023.5.13.0025	0000337-23.2023.5.13.0025
0000074.88.2023.5.13.0025	0001247-50.2023.5.13.0025
0000240-86.2024.5.13.0025	0000742-59.2023.5.13.0025
0000427-94.2024.5.13.0025	0000489-08.2022.5.13.0025
0000059-22.2023.5.13.0025	0000606-62.2023.5.13.0025
0000178-46.2024.5.13.0025	0000097-68.2022.5.13.0025
0001032-74.2023.5.13.0025	0000264-17.2024.5.13.0025
0000255-55.2024.5.13.0025	0000094-45.2024.5.13.0025

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA

0001217-15.2023.5.13.0025	0000859-50.2023.5.13.0025
0000283-23.2024.5.13.0025	0000348-52.2023.5.13.0025
0001253-57.2023.5.13.0025	0000109-14.2024.5.13.0025
0000676-79.2023.5.13.0025	0000279-83.2024.5.13.0025
0000727-90.2023.5.13.0025	0000478-42.2023.5.13.0025
0000928-19.2022.5.13.0025	0000884-63.2023.5.13.0025
0000217-77.2023.5.13.0025	0000547-74.2023.5.13.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000849-06.2023.5.13.0025	0000064-44.2023.5.13.0025
0000881-11.2023.5.13.0025	0000543-71.2022.5.13.0025
0000779-86.2023.5.13.0025	0001131-44.2023.5.13.0025

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000077-43.2023.5.13.0025
0000076-58.2023.5.13.0025
0001000-48.2023.5.13.0032
0000625-68.2023.5.13.0025
0000801-47.2023.5.13.0025
0000076-92.2022.5.13.0025
0000760-80.2023.5.13.0025
0000878-56.2023.5.13.0025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
